



APRESENTAÇÃO DOSSIÊ

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ

O mundo contemporâneo tem vivido em um *loop* de guerras motivadas por ódios raciais que abalam, quando não destroem, sociedades inteiras. No entanto, não apenas a guerra é um fenômeno que acompanha a Humanidade há milênios, como motivações étnicas também estiveram presentes por toda a História. A própria formação das Américas sobre os territórios de povos hoje chamados de indígenas, invadidos por estados europeus, traz inúmeros exemplos de conflitos por terra, por recursos (inclusive humanos) e por religião que, ao longo do tempo e dentro das narrativas de conquista, foram se revestindo de discursos racistas para lhes impor motivações étnico-raciais que justificassem a espoliação de povos inteiros. Lembremos, nesse ponto, da política genocida do governo dos Estados Unidos em sua 'corrida para o Oeste' no século XIX, incorporada pela frase "The only good Indian is a dead Indian", atribuída a um de seus generais.¹

Por outro lado, oriundos de sociedades atingidas pela invasão colonial, aqueles povos que, a partir do início do processo de conquista passaram a ser chamados de indígenas, resistiram de diversas formas, inclusive se apropriando das próprias estruturas coloniais para sobreviver e prosperar. Nesse processo, que a Antropologia define como etnogêneses,² homens indígenas de sociedades que tinham em sua base culturas políticas com forte influência de elementos militares (caso dos Tupi) usaram o interesse colonial em explorar essas suas habilidades, e seus corpos, para negociar espaço no novo contexto político em rápida mudança.

Essa é a temática que abordamos nesse dossiê, interseccionando guerra e agência indígena, fazendo leituras que nos levam para a Nova História Militar, mas principalmente para abordagens que se preocupam com a observação do protagonismo indígena em cenários de conflitos, processos de conquista e mesmo nas estruturas militares da colonização: começando com a Nova História Indígena que, desde John Manuel Monteiro e Maria Regina Celestino de Almeida, tem

¹ "O único índio bom é um índio morto", tradução livre. MIEDER, Wolfgang. "The Only Good Indian Is a Dead Indian": History and Meaning of a Proverbial Stereotype. **Journal of American Folklore**, p. 38-60, 1993.

² OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, p. 47-77, 1998; OLIVEIRA, João Pacheco de; QUINTERO, Pablo. Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas. **Horizontes Antropológicos**, n. 58, p. 7-31, 2020.

observado essas interações;³ até a *New Conquest History*, de Matthew Restall, que vem desconstruindo as narrativas historiográficas que colocam os indígenas como militarmente inferiores aos europeus.⁴

Mas nesse debate é importante lembrar as armadilhas em torno das discussões acerca de uma pretensa “guerra indígena”, prolíficas inclusive na Antropologia. De fato, uma Antropologia da Guerra Indígena floresceu no século XX em autores norte-americanos como R. Brian Ferguson e Douglas Bamforth, que discutiram a existência da guerra indígena enquanto fenômeno social endêmico em suas culturas.⁵ Também Manuela Carneiro da Cunha e Eduardo Viveiros de Castro pensaram a sociedade tupi quinhentista em relação a sua constituição em torno da cultura da guerra, tema primeiro trabalhado de forma privilegiada por Florestan Fernandes.⁶ Esses e outros autores abriram caminho para debates como os que apresentamos no presente dossiê, debates em torno de como as guerras coloniais se tornaram palco para a atuação de agentes históricos indígenas na América portuguesa.

Estudos que focam a Amazônia: começando com o artigo de Letícia Pereira Barriga que traz um olhar sobre a atuação Munduruku na Cabanagem, seu domínio fluvial e o impacto exercido sobre cabanos e anticabanos. Seus estudos demonstram que a expressiva presença bélica dos Munduruku, que já se fazia temer nos rios Tapajós, Madeira e Amazonas, levou à celebração de um acordo de paz com os portugueses em 1795. Essa aliança foi fundamental nos desdobramentos dos conflitos da Cabanagem nos rios e sertões amazônicos.

Já Rafael Ale Rocha analisa a formação de tropas auxiliares no estado do Grão-Pará e Maranhão setecentista e observa não apenas as tropas indígenas, mas

³ MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese de Livre Docência (Antropologia), UNICAMP, 2001; ALMEIDA, Maria Regina C. *Metamorfoses Indígenas – identidade e Cultura nas Aldeias Coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV\FAPERJ, 2003.

⁴ RESTALL, Mathwell, *Sete Mitos da Conquista Espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; OUDJIK, Michel R.; RESTALL, Matthew. Mesoamerican Conquistadors in the Sixteenth Century. In: MATTHEW, Laura E.; OUDJIK, Michel R. *Indian conquistadors: indigenous allies in the conquest of Mesoamerica*. Norman: University of Oklahoma Press, 2007. Pp. 28-64.

⁵ FERGUSON, Brian R. Tribal Warfare. In MARTELL, Gordon (org). *Encyclopedia of War*. Wiley-Blackwell. 2012. Pp. 2232-2244; BAMFORTH, Douglas B. Indigenous People, Indigenous Violence: Precontact Warfare in the North American Great Plains. *Man* (New Series), vol. 29, issue 1, pp 95-115.

⁶ CUNHA, Manuela C. da; CASTRO, Eduardo V. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. *Journal de la Société des Américanistes*, 1985, Tome 71, pp.191-208; FERNANDES, Florestan [1951]. *A Função da Guerra na Sociedade Tupinambá*. São Paulo: Globo, 2006.

também pretas e pardas. Sua pesquisa aponta não apenas para a compreensão do processo de institucionalização de tropas ‘de cor’ nas capitanias do Pará, Maranhão Piauí e Rio Negro, mas também para formação de elites militares indígenas. Além de demonstrar as disputas em tornos dos cargos de maior prestígio social, as adaptações locais e a agência de sujeitos na formação das tropas auxiliares coloniais.

Jessyka Samya Ladislau Pereira Costa, por sua vez, analisa a relação entre alistamento coercitivo e a mobilização forçada da mão-de-obra indígena no Amazonas oitocentista. Seus estudos revelam que populações livres e pobres, sobretudo indígenas, eram incorporadas ao mundo do trabalho sob condições que limitavam sua autonomia, por meio de um sistema que se pautava pela compulsoriedade e por hierarquias raciais e sociais. Entretanto, mesmo em contexto de exploração e coerção, os indígenas por meio de práticas cotidianas de negociação, recusa e enfrentamento, inclinavam a seu favor essas estruturas, revelando o que a autora chama de ‘repertório de negociações’ dos personagens assim recrutados.

Percorrendo os espaços da fronteira Oeste da América portuguesa, Bruno Cezar Bio Augusto analisa episódios da história Guaicuru-Kadiwéu, sua imagem de exímios cavaleiros e conflitos na fronteira do Mato Grosso setecentista. Sua pesquisa revela, a partir do exame atento das missivas do sargento-mor Marcelino Roiz, que nos ataques ao presídio de Coimbra entre 1777 e 1778 os Guaicuru demonstraram sofisticado conhecimento para a negociação e para o ataque. Essas estratégias evidenciam a força indígena para mobilizar a guerra como forma de intervenção territorial e política daquela fronteira em constante disputa.

Outra fronteira é a trabalhada por Karina Moreira Ribeiro da Silva Melo que discute a atuação indígena nos conflitos platinos no início do século XIX. Seus estudos propõem uma análise historiográfica mais atinente à participação indígena nos processos que resultaram na incorporação de sete dos trinta povos missionários guarani aos domínios portugueses naquela fronteira, buscando ainda aprofundar a compreensão dos significados políticos e sociais desses episódios.

A agência indígena pode também revelar-se nas estratégias de um agente histórico indígena ocupante de patente militar. É o que demonstra o estudo de Luiza Paula Monteiro Mota ao trazer à tona um conflito protagonizado pelo capitão-mor indígena José Borges, na capitania de São Paulo e suas negociações por pertencimento dentro da colonização. O episódio ocorreu em meio ao processo de implantação do Diretório dos Índios nos aldeamentos paulistas quando o indígena

militar de alta patente soube se utilizar dos mecanismos institucionais e dos instrumentos jurídicos coloniais na defesa coletiva das terras do aldeamento.

A história continua nas capitanias do norte onde Rafael Ricarte da Silva debate a agência dos Paiakú na esteira da dita ‘guerra dos bárbaros’ e nos conflitos pela fronteira sertaneja e construção da capitania do Ceará. Seus estudos revelam que os Paiakú mobilizaram diferentes estratégias, combinando guerra, diplomacia e o uso dos próprios instrumentos jurídicos coloniais para assegurar sua sobrevivência, defender seus interesses e resistir aos projetos de territorialização impostos pelo poder colonial.

Enquanto isso Francisco Cancela trabalha com o protagonismo indígena na guerra de independência na Bahia (1822-1823), um protagonismo que se impôs inclusive no desenho de estratégias. Seus estudos demonstram que a atuação indígena nesse processo foi permeada por estratégias próprias de negociação, resultante de uma tradição bélica consolidada e das próprias normativas que regulavam a prestação de serviços militares indígenas. Nesse contexto, conforme escreve o autor, a guerra se torna, para os indígenas, um “espaço privilegiado de ação política” para reconhecimento e ampliação de seus direitos.

Kalina Vanderlei Silva, por fim, aborda o protagonismo Caeté, Potigar e Tabajara na conquista litorânea das capitanias do Norte do Estado do Brasil, revisitando as narrativas que atribuíram a esses personagens um papel secundário em suas próprias histórias: o papel de aliados nativos. Questionando as narrativas que consagraram um discurso no qual esses povos passaram de impulsionadores dos conflitos que se desenrolavam em seu território a meros coadjuvantes das ações ibéricas, levanta também uma discussão sobre o que consideramos como conquista, e quais as implicações e significados em torno desse termo.

Em conjunto, esses trabalhos falam sobre agentes indígenas, indivíduos assim como coletivos, que negociaram dentro das estruturas coloniais a partir da percepção de seu valor enquanto combatentes e estrategistas, de como povos e pessoas indígenas resistiram à invasão de seus territórios, e sua incorporação forçada a um novo contexto político-social, usando as próprias estruturas de repressão como ferramenta. Falam ainda sobre a guerra, entendida como um mecanismo compósito que inclui, entre outros aspectos, o recrutamento, as estratégias, as negociações, os conhecimentos bélicos, os conflitos abertos e as tensões, e como ela constituiu um palco inegável da agência indígena. Estes vastos territórios e suas fronteiras

abordados se constituíram pela atuação complexa e dinâmica de diversos grupos indígenas e essa participação, como veremos neste Dossiê, não foi subalterna, desprovida de interesse, pacífica ou inexpressiva. Mas sim, ativamente posicionada no terreno móvel que se constituía entre os interesses próprios, a defesa dos seus territórios e das possibilidades encontradas na sociedade colonial.

As organizadoras:

Kalina Vanderlei Silva (UPE\CNPq)

Wania Alexandrino Viana (UFOPA)